

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – PROPOSIÇÃO DE LEI

2 – ATAS

- 2.1 – 83ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 2.2 – 29ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à realização da sessão plenária final do Parlamento Jovem de Minas 2017
- 2.3 – Reunião de Comissão

3 – ORDEM DO DIA

- 3.1 – Comissão

4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 4.1 – Comissões

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



PROPOSIÇÃO DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.629

Declara de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Ponte Nova e Microrregião, com sede no Município de Ponte Nova.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Ponte Nova e Microrregião, com sede no Município de Ponte Nova.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 10 de outubro de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/10/2017

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.689, 4.690 e 4.692 a 4.695/2017; Requerimentos nºs 8.951 a 8.955 e 8.957 a 9.010/2017; Requerimentos Ordinários nºs 3.012, 3.022, 3.066, 3.069 e 3.070/2017 – Proposições Não Recebidas: Requerimento nº 8.956/2017 – Questões de Ordem – Registro de Presença – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Vanderlei

Miranda, João Leite e Sargento Rodrigues; Questões de Ordem; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos – Palavras do Presidente – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – André Quintão – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Douglas Melo – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – João Leite – João Vítor Xavier – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h5min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Vanderlei Miranda, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Antônio Jorge, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Rômulo Machado Nogueira, gerente executivo e negocial da CEF em Minas Gerais, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 843807/2017 entre a Secretaria de Esportes e essa instituição financeira, que tem por finalidade a aquisição e instalação de academias ao ar livre. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Rômulo Machado Nogueira, gerente executivo e negocial da CEF em Minas Gerais, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 843959/2017 entre a Secretaria de Esportes e essa instituição financeira, que tem por finalidade a aquisição e instalação de academias ao ar livre. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Rômulo Machado Nogueira, gerente executivo e negocial da CEF em Minas Gerais, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 843853/2017 entre a Secretaria de Esportes e essa instituição financeira, que tem por finalidade a aquisição de equipamentos permanentes. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Rômulo Machado Nogueira, gerente executivo e negocial da CEF em Minas Gerais, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 847191/2017 entre a Secretaria de Cidades e de Integração Regional e essa instituição financeira, que tem por finalidade a implementação de medidas necessárias à efetivação da regularização fundiária de núcleos urbanos informais no Estado.

(– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Rômulo Machado Nogueira, gerente executivo e negocial da CEF em Minas Gerais, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 845967/2017 entre a Secretaria de Cidades e de Integração Regional e essa instituição financeira, que tem por finalidade a pavimentação de municípios do Estado. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Rômulo Machado Nogueira, gerente executivo e negocial da CEF em Minas Gerais, informando o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, na conta vinculada ao Termo de Compromisso nº 0398476-53/2012, firmado entre a Secretaria de Fazenda e essa instituição financeira, no âmbito do Programa Saneamento Básico, que tem por objeto a requalificação urbana do Ribeirão Arrudas, 2ª etapa. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Rosane Marques Crespo Costa, presidente do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.107/2016, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido Requerimento.)

Do Sr. Carlos Eduardo Fernandes Neves Ribeiro, promotor de justiça da Comarca de Mirai, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.831/2017, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Edison Lobão, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.031/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Frederico Souza, gerente de Relações Institucionais da Via 040, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.467/2017, da Comissão de Meio Ambiente.

Do Sr. Jairo José Isaac, secretário de Meio Ambiente, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 9.060/2017, do deputado Glaycon Franco. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Joselito Rodrigues de Castro, diretor executivo da Concessionária Nascentes das Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.488/2017, do deputado Anselmo José Domingos.

Do Sr. Leonardo Duque Barbabela, promotor de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.483/2014, da Comissão de Administração Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.375/2017, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.909/2017, da Comissão de Educação.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.910/2017, da Comissão de Educação.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.911/2017, da Comissão de Educação.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.912/2017, da Comissão de Educação.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.913/2017, da Comissão de Educação.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.914/2017, da Comissão de Educação.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.172/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.173/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.174/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.176/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.178/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.179/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.180/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.181/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.182/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.183/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.184/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.187/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.188/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.190/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.192/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.193/2017, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Ricardo Medeiros, presidente de Furnas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.006/2017, da Comissão de Agropecuária.

Do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, procurador-geral de justiça adjunto administrativo em exercício do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.908/2017, da Comissão da Pessoa com Deficiência.

Da Sra. Shermila Peres Dhingra, coordenadora regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Paraíba do Sul, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 8.973/2017, do deputado Cristiano Silveira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Tenente Lúcio, deputado federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.349/2017, da Comissão de Educação.

Do Sr. Tenente Lúcio, deputado federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.394/2017, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Tenente Lúcio, deputado federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.407/2017, da Comissão de Transporte.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.689/2017

Declara de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo de Careaçú, com sede no Município de Careaçú.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo de Careaçú, com sede no Município de Careaçú.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de outubro de 2017.

Deputado Emidinho Madeira (PSB)

Justificação: O Lar São Vicente de Paulo de Careaçú tem por finalidade prestar serviços de relevância social e de interesse público de acolhimento institucional aos idosos em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, na área da assistência social, quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares, proporcionando-lhes proteção social especial de alta complexidade, prestando serviços de atendimento de forma gratuita, universal, continuada, permanente e planejada.

A referida associação não tem fins lucrativos e sua duração é por prazo indeterminado. O Lar São Vicente de Paulo de Careaçú está em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, possui diretoria composta por pessoas idôneas, que desenvolvem suas atribuições gratuitamente.

No exercício das atividades a associação não faz nenhum tipo de discriminação, destinando a totalidade da renda apurada ao cumprimento das obrigações estatutárias. O reconhecimento de sua utilidade pública irá habilitá-la a firmar parcerias com o poder público e outras entidades não governamentais, visando ao recebimento de recursos para custeio e expansão de suas atividades, razão pela qual solicitamos a aprovação de nossos ilustres pares a este importante projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.690/2017

Declara de utilidade pública o Motor Clube Sul Mineiro, com sede no Município de Varginha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Motor Clube Sul Mineiro, com sede no Município de Varginha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de outubro de 2017.

Deputado Dilzon Melo, Vice-Líder do Bloco Verdade e Coerência (PTB).

Justificação: A associação tem por finalidades; incentivar a prática do motociclismo, ciclismo, kartismo e automobilismo, como esporte, em todas as suas modalidades esportivas, difundir a segurança, bem como promover no esporte, competições e excursões, eventos culturais, atendendo a Varginha e as cidades do Sul de Minas que não tenham condições de fundarem o seu próprio clube ou associação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.692/2017

Dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao município de Estrela do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica desafetado o trecho da Rodovia LMG-746 localizado no distrito de São Félix, perímetro urbano do município de Estrela do Sul com 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta) metros de comprimento.

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Estrela do Sul a área correspondente ao trecho de rodovia de que trata o art. 1º.

Parágrafo único – A área a que se refere o caput integrará o perímetro urbano do município de Estrela do Sul e destina-se à instalação de via urbana.

Art. 3º – A área objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da publicação desta lei, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 2º.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de outubro de 2017.

Deputado Lafayette de Andrada – PSD

1º-Vice-Presidente

Justificação: O presente projeto de lei tem por objetivo desafetar o trecho de rodovia que especifica e doá-lo ao município de Estrela do Sul. A proposição atende aos interesses da coletividade, especialmente os residentes do distrito de São Félix uma vez que, o trecho da rodovia, já encontra-se em perímetro urbano do município podendo este, efetivada a doação, adequar a via para utilização da comunidade.

Portanto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.693/2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade de creches, berçários, escolas maternas e similares da rede pública e privada submeterem monitores, professores e demais funcionários que tenham contato direto com alunos a exames psicológicos periódicos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam obrigados berçários, creches, escolas maternas e similares da rede pública e privada a submeterem monitores, professores e demais funcionários que tenham contato direto com alunos a exames psicológicos periódicos.

§ 1º – O exame psicológico de que trata esta lei deverá ser realizado no ato de admissão do funcionário a que se refere o art. 1º e repetido a cada seis meses, contados da data de admissão.

§ 2º – O exame psicológico deverá ser realizado em clínica credenciada no Estado.

§ 3º – A ficha dos monitores, professores e demais funcionários que tenham contato direto com os alunos deverá conter o laudo do exame psicológico e poderá ser consultada por pais ou responsáveis pelos alunos sempre que essa consulta for solicitada à direção da instituição.

§ 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de outubro de 2017.

Deputado Douglas Melo, Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte (PMDB).

Justificação: O presente projeto objetiva garantir maior segurança à nossas crianças, obrigando creches, berçários, escolas maternas e similares da rede pública e privada a submeterem monitores, professores e demais funcionários, que tenham contato direto com alunos, a exames psicológicos periódicos.

Infelizmente, cresce no Estado casos de violência cometidos contra crianças, principalmente em creches, como a tragédia, com vítimas fatais, que muito chocou o Estado e o país, ocorrida no Município de Janaúba, no dia 5 de outubro de 2017, quando cruelmente um segurança de uma creche jogou álcool e ateou fogo em várias crianças.

O Princípio da Proteção Integral às crianças e adolescentes está consagrado nos direitos fundamentais inscritos no art. 227 da Constituição Federal de 1988 e nos arts. 3 e 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990). O princípio declara ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Creches, berçários, escolas maternas e similares devem ser lugares privilegiados para vivência da infância, onde as crianças possam brincar, imaginar, aprender com liberdade, segurança e proteção. Mas, infelizmente, fatos como o ora mencionado alteram tragicamente o que na prática deve ocorrer.

Portanto, a proposição apresentada tem como objetivo complementar as legislações já existentes de proteção às crianças, visando a maior segurança, bem-estar desses seres indefesos, garantido que seus direitos não sejam usurpados por profissionais maus preparados.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobre pares para a aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.694/2017

Institui o “Dia Estadual da Conscientização e Orientação sobre Câncer de Estômago” no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o "Dia Estadual da Conscientização e Orientação sobre Câncer de Estômago" no Estado de Minas Gerais, a realizar-se, anualmente, no dia 28 de setembro.

Parágrafo único – No dia Estadual de Conscientização e Orientação sobre Câncer de Estômago, o Governo do Estado de Minas Gerais, poderá, em conjunto ou não com instituições devidamente legalizadas que tratam do tema, promover palestras, seminários entre outras campanhas, como mídias em rádios, informativos, outdoors e propagandas televisivas.

Art. 2º – O Dia Estadual de Conscientização e Orientação sobre o Câncer de Estômago fará parte do Calendário Oficial de Eventos e terá como escopo esclarecer a sociedade sobre a doença e seus sintomas, bem como qualificar os profissionais de saúde para ações de prevenção e tratamentos

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de outubro de 2017.

Deputado Fred Costa – PEN

Justificação: O câncer de estômago é uma doença que atinge um número grande de Brasileiros. Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer, cerca de 23 mil novos casos de câncer gástricos acometeram a população brasileira em 2016. Este é o quarto tipo de câncer mais comum em homens, ficando, somente, atrás do número de casos de câncer de próstata, pulmão e colorretal. Na mulher, é o quinto mais incidente, ficando, apenas, atrás dos casos de câncer de mama, colo do útero, colorretal e pulmão. Mais importante ainda do que os números, é a alta taxa de mortalidade.

Isto se deve ao fato, de que grande parte dos casos são diagnosticados em fase tardia, quando as chances de cura são mínimas. Os principais sintomas do câncer gástrico são dores no estômago, perda de peso, anemia e vômitos. As causas da doença estão associadas a fatores genéticos, história familiar, associação do uso de cigarro e bebidas alcoólicas destiladas, bem como o consumo de produtos defumados, em detrimento de uma alimentação que inclua frutas e vegetais frescos.

Diante dessa realidade, a prevenção e o diagnóstico precoce são extremamente importantes para que o tratamento alcance índices relevantes de cura. A prevenção é ainda a melhor forma de se evitar o câncer do estômago e de outros cânceres. Alimentos condimentados e defumados estão entre os principais causadores.

Portanto, a semana de conscientização e orientação sobre o câncer de estômago no Estado do Acre, visa alertar a população à respeito da importância de exames preventivos, entre eles, a endoscopia digestiva. Essa iniciativa tem por objetivo, promover ações de combate ao câncer de estômago e estimular a conscientização das pessoas na busca por atendimento médico, a fim de realizar todos os procedimentos necessários à saúde e à busca da melhor qualidade de vida.

Diante disso, contamos com a aprovação dos nobres pares para este projeto, dado seu relevante interesse público e social.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.695/2017

Declara de Utilidade Pública, a Associação Vida Para Todos – AVPT –, com sede no município de Curvelo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública estadual, a Associação Vida Para Todos – AVPT –, com sede no município de Curvelo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de outubro de 2017.

Deputado Léo Portela – PRB

Vice-Presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas

Vice-Líder do Bloco Minas Melhor

Justificação: A Associação Vida Para Todos – AVPT –, com sede no município de Curvelo, é uma entidade sem fins lucrativos, que dentre outros, atua na assistência a pessoas carentes, viabiliza ações voluntárias, agariando remédios e alimentos, para atender várias famílias.

Em funcionamento ha mais de cinco anos, a referida entidade preenche todos os requisitos legais para o devido reconhecimento público.

Isto posto, conto com o apoio dos nobres pares, para a aprovação do presente projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 8.951/2017, do deputado Emidinho Madeira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. João Batista Olivi pela atuação como comunicador e divulgador das questões dos produtores rurais, sobretudo dos cafeicultores do Estado. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 8.952/2017, do deputado Emidinho Madeira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Maurício Silveira Coelho pelos serviços prestados na administração da Fazenda Santa Luzia, que tem grau de excelência na criação e genética de gado de corte e leiteiro. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 8.953/2017, do deputado Emidinho Madeira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Universidade José Alzira Vellano pelos 45 anos de sua fundação e pelos relevantes serviços prestados à população do Estado na área da saúde. (– À Comissão de Educação.)

Nº 8.954/2017, do deputado Douglas Melo, em que requer seja formulado voto de congratulações com Dom Aloísio Jorge Pena Vitral, bispo diocesano, por sua posse na Diocese de Sete Lagoas. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 8.955/2017, do deputado Douglas Melo, em que requer seja formulado voto de congratulações com Dom Guilherme Porto, bispo diocesano, pelas ações que desenvolve como grande líder religioso, principalmente na Diocese de Sete Lagoas. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 8.957/2017, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre o andamento e, se possível, a conclusão dos inquéritos oriundos de diversas representações junto à Promotoria de Crimes Cibernéticos em que o deputado Sargento Rodrigues figura como vítima de ataques à honra, à imagem e à família em mídias sociais. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.958/2017, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Fazenda – SEF – e de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências com vistas à concessão da revisão anual de 30% aos servidores públicos do Estado, referente ao período de 2014 a 2017.

Nº 8.959/2017, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com a equipe do jornal *Tribuna do Leste*, de Manhuaçu, pelos 45 anos de sua fundação. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 8.960/2017, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que seja cumprida a obrigação assumida pelo governador do Estado e seja realizado o pagamento da remuneração dos servidores estaduais nas datas definidas.

Nº 8.961/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais pedido de informações acerca da elaboração do projeto de lei que visa à alteração da Lei nº 15.910, de 2005, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado – Fhidro. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.962/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que se fortaleça o Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam – em sua estruturação física, orçamentária e de pessoal. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 8.963/2017, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que se realize auditoria das outorgas de uso da água concedidas no âmbito das bacias hidrográficas onde há registro de conflitos pelo uso da água e onde há municípios vivendo em situação de emergência em decorrência da escassez hídrica, visando a garantir o abastecimento público de água. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 8.964/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão de Trânsito da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/10/2017, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, munição e quantia em dinheiro e na detenção de quatro pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.965/2017, do deputado Fábio Cherem, em que requer seja encaminhado ao diretor regional da TIM Brasil S. A. em Belo Horizonte pedido de informações sobre a construção da rede de transmissão própria da TIM no Município de Capelinha, prevista para entrar em funcionamento em setembro deste ano, conforme exposto pela representante da empresa em audiência pública realizada em 30/6/2017, nesse município. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 8.966/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 67º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/10/2017, em Uberaba, que resultou na apreensão de 1,5 toneladas de maconha e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.967/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 20º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/10/2017, em São João da Mata, que resultou na apreensão de drogas, veículo e munição e na detenção de três pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.968/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 14ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/10/2017, em Itinga, que resultou na apreensão de veículo, arma e munição e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.969/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que menciona pela atuação na operação Ragnarok, em 3/10/2017, em Nanuque, que resultou na prisão de 13 pessoas suspeitas de integrarem uma quadrilha especializada em tráfico de drogas e lavagem de dinheiro e na apreensão de drogas e de embalagens para acondicionar os entorpecentes para venda, além de joias e relógios. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.970/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Cooperativa Regional Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí – CooperRita – pelos 60 anos de sua fundação. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 8.971/2017, do deputado Gil Pereira, em que requer a inserção, nos anais da Casa, do artigo “Mudança para uma saúde eficiente”, de Ricardo Barros, ministro da Saúde, publicado no jornal *Estado de Minas*, em 5/10/2017. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.972/2017, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Paracatu pelo 219º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 8.973/2017, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Varjão de Minas pelo 22º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 8.974/2017, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Santo Antônio do Monte pelo 142º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 8.975/2017, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Prata pelo 145º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 8.976/2017, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Abadia dos Dourados pelo 137º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 8.977/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Itueta, onde apenas cinco policiais militares são responsáveis pelo policiamento ostensivo, e à disponibilização de viatura de grande porte e com compartimento de segurança para a unidade.

Nº 8.978/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Alvarenga e à disponibilização de viatura de grande porte e com compartimento de segurança, além de novos coletes à prova de bala para a unidade.

Nº 8.979/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Capitão Andrade e à disponibilização de novos coletes à prova de bala para a unidade.

Nº 8.980/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de novos coletes à prova de bala aos policiais militares lotados no pelotão sediado no Município de Galileia.

Nº 8.981/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Cuparaque, onde apenas seis policiais militares são responsáveis por todo o policiamento ostensivo da região.

Nº 8.982/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de São Geraldo do Baixo e à disponibilização de viatura de grande porte e com compartimento de segurança, novos coletes à prova de bala, armamento e munições, essenciais ao policiamento ostensivo da região.

Nº 8.983/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Santa Rita, à disponibilização de viatura de grande porte e com compartimento de segurança para a unidade e à realização de treinamento dos policiais para uso de armamento longo.

Nº 8.984/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Chácara e à disponibilização de novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região.

Nº 8.985/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Descoberto e à disponibilização de viatura de grande porte com compartimento de segurança e de novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região.

Nº 8.986/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de novas viaturas de grande porte e com compartimento de segurança para a 49ª Companhia, sediada no Município de Aimorés.

Nº 8.987/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Goiabeira, onde apenas quatro policiais militares são responsáveis pelo policiamento ostensivo local; e seja disponibilizada viatura de grande porte e com compartimento de segurança, além de novos coletes à prova de balas.

Nº 8.988/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Pedro Teixeira e à disponibilização de viatura de grande porte com compartimento de segurança e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região.

Nº 8.989/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Olaria e à disponibilização de viatura de grande porte com compartimento de segurança e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região.

Nº 8.990/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de novas viaturas de grande porte com compartimento de segurança para o Município de Lima Duarte.

Nº 8.991/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Santa Rita do Jacutinga, bem como à disponibilização de novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região.

Nº 8.992/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de novas viaturas de grande porte, com compartimento de segurança, ao Município de Santa Bárbara do Monte Verde.

Nº 8.993/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de novos coletes à prova de bala e viaturas de grande porte, com compartimento de segurança, ao Município de Rio Preto, essenciais ao policiamento ostensivo da região.

Nº 8.994/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de novos coletes à prova de bala aos policiais militares lotados no Município de Mar de Espanha.

Nº 8.995/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Guarará, bem como à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região.

Nº 8.996/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Pequeri.

Nº 8.997/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Maripá de Minas, bem como à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região.

Nº 8.998/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Rochedo de Minas, bem como à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região.

Nº 8.999/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Senador Cortes, bem como à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região.

Nº 9.000/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Belmiro Braga, bem como à disponibilização de novos coletes à prova de bala e viaturas de grande porte, com compartimento de segurança, essenciais ao policiamento ostensivo da região.

Nº 9.001/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Chiador, bem como à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região.

Nº 9.002/2017, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Simão Pereira, bem como à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região.

Nº 9.003/2017, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Justiça pedido de providências para impedir a interferência da AGU/Conjur no funcionamento e nas decisões da Comissão de Anistia, de modo a assegurar sua autonomia e a continuidade dos seus trabalhos.

Nº 9.004/2017, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a implantação das recomendações do Relatório Final da Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg –, no que tange aos trabalhadores e ao movimento sindical em Minas Gerais, assim que o relatório seja publicado.

Nº 9.005/2017, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Branca de Lourdes Peixoto Franco Castro, diretora da Escola Estadual José Brandão, situada no Município de Caeté, pelas obras de reforma dessa escola.

Nº 9.006/2017, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Elisandra Amâncio Ferreira pelo lançamento do livro *Mídias sociais na Igreja* – usando o meio digital para o Reino. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 9.007/2017, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. pedido de informações sobre os empréstimos autorizados para os municípios do Norte de Minas. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Administração Pública. Anexe-se ao Requerimento nº 8.753/2017, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 9.008/2017, do deputado Gil Pereira, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento da Sra. Helley de Abreu Silva Batista, professora da creche Gente Inocente, do Município de Janaúba. (– À Comissão de Educação.)

Nº 9.009/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que menciona, pela atuação na ocorrência, em 8/10/2017, em Patos de Minas, que resultou na apreensão de 50kg de maconha e na detenção de quatro pessoas; e seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos policiais pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.010/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 3º Batalhão da Polícia Militar e na 23ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 8/10/2017, em Carbonita, que resultou na apreensão de 138 tabletes de maconha na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 3.012/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja constituída comissão de representação desta Casa para participar da celebração solene do jubileu do tricentenário de aparição da Senhora Aparecida.

Nº 3.022/2017, do deputado Lafayette de Andrada e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais pelos 110 anos de sua fundação.

Nº 3.066/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.065/2014.

Nº 3.069/2017, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Presidência da ALMG pedido de providências com vistas à realização de um programa na TV Assembleia para divulgar o Relatório Final da Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg –, tão logo ele seja publicado.

Nº 3.070/2017, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Presidência da ALMG pedido de providências para que esta Casa contribua na divulgação pública do Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg –, por meio da reprodução de mais mil exemplares do capítulo referente aos trabalhadores, ao movimento sindical urbano e à própria Covemg, assim que o referido relatório for publicado.

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO Nº 8.956/2017

Da Comissão de Administração Pública em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o descaso com o transporte escolar do Estado e com a segurança das crianças.

Questões de Ordem

O deputado Duarte Bechir – Sr. Presidente, muito obrigado. Nesta semana, ocorreram acontecimentos em todo o mundo. Tivemos o fato em Janaúba, que chamou muita atenção. Na nossa vizinha Aguanil, tivemos a notícia de um triste fato: o falecimento do prefeito Sebastião Elói, homem de valor e de exemplos. Na homilia da missa de corpo presente, o pároco local teceu a Sebastião Elói inúmeros elogios; entre eles, o de ser cristão, participativo, humilde e trabalhador. O padre citou, inclusive, que, na construção da igreja, ele agia sempre com muita presteza, às vezes até carregando materiais de construção, não porque era um homem público, mas porque aquilo era o cotidiano da vida de Sebastião Elói. Homem muito querido e respeitado em toda a região, foi o primeiro eleito em três mandatos na história política de Aguanil. Aliás, ele estaria agora cumprindo o seu terceiro mandato como prefeito dessa cidade. Quero deixar registrada a nossa palavra de apoio à população e o nosso reconhecimento por tudo aquilo que o Sebastião Elói fez em favor de Aguanil, pela sua trajetória de homem público e pela sua presença no seio da família, sempre muito respeitado e querido por todos os seus familiares. Nos últimos tempos não tive a oportunidade de ver, em outro lugar, um velório de um prefeito tão concorrido, e um povo tão participativo na cerimônia, naquele momento vivenciado por Aguanil, com reflexos também em Cristais, em Campo Belo, em toda a região dos municípios vizinhos de Aguanil. Neste momento quero também manifestar os nossos sentimentos não somente à família do Sebastião Elói, ex-prefeito de Aguanil, mas a toda a população aguanilense. Foi a perda de uma pessoa difícil de ser substituída em nossa região. Então fica aqui registrada a nossa fala, porque, na semana passada, nós nos ausentamos do Plenário na quarta e na quinta, por estarmos assumindo compromisso na região. Inclusive um deles era participar do funeral do Sebastião Elói, que faleceu na terça-feira e foi enterrado na quarta-feira. E por lá estivemos também no final de semana, visitando os amigos, os vizinhos da nossa querida Campo Belo e também na cidade de Campo Belo. Por último, presidente, ontem, com a participação de V. Exa., tivemos uma audiência com as Apaes do Estado de Minas Gerais. E as Apaes, no seu trabalho, além do cotidiano do ensino, do apoio à educação, à assistência social e à saúde, têm também um projeto maravilhoso que se chama Casa Lar, que é mantido um tanto quanto com recursos do governo do Estado, através de um convênio específico, que venceu em agosto e que foi pago ontem. Começaram a ser pagos ontem mais de R\$2.000.000,00, para que as Apaes possam continuar mantendo esse programa Casa Lar. É um programa que não pode ser interrompido no seu cotidiano, porque Casa Lar, para quem não sabe, são os lares novos que as pessoas com deficiência passam a ter, muito em decorrência do grau da sua deficiência múltipla sensorial, muitas vezes porque as próprias famílias já não existem mais, e as pessoas com deficiência estão vivendo um tanto quanto mais. Então essas pessoas vão morar nessas casas, que recebem a sua nova família: são irmãos, e onde até a mãe é tida como a coordenadora da Casa Lar. Esse projeto não pode, em nenhum momento, sofrer interrupção. Vamos fazer uma visita a elas aqui em Belo Horizonte, criar um debate em torno delas, e nos reunir, *a posteriori*, com a secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social, a Sedese, para acharmos um caminho para o fortalecimento do projeto Casa Lar, encampado e administrado pelas Apaes. É isso, presidente. Muito obrigado.

O deputado Missionário Marcio Santiago – Presidente, estou retornando hoje a este microfone para falar em nome do Bairro Linhares, em Juiz de Fora, onde, há duas semanas, eu me manifestei contrariamente à instalação ali de uma Apac. Muitos têm dito, na cidade, que sou contra o modelo, a metodologia Apac, e talvez eu não tenha sido esclarecedor na minha fala. E hoje estou aqui para dizer que sou, sim, a favor da Apac e de sua metodologia. Sabemos que o índice de recuperação e ressocialização dos sentenciados com o modelo Apac tem sido bom, que tem havido bons resultados, mas o nosso trabalho, a nossa movimentação nesse bairro contou com quase 350 pessoas na manifestação, com vários vereadores presentes, e o deputado federal Júlio Delgado. A população é contrária à instalação dessa Apac justamente por ela ser instalada onde há uma creche. Sabemos que há, nessa creche, 200 crianças carentes do Bairro Linhares, que serão tiradas dali sem ter para onde ser levadas. Então a nossa indignação, o nosso

manifesto, o nosso repúdio se devem a essa atitude, a tirar dali uma creche. E também ao fato de, no entorno desse prédio, onde será instalada essa Apac, haver no mínimo duas, três escolas e mais uma creche com duas mil crianças e adolescentes, num raio de 100m da instalação. Então, o que pedimos aqui – deixo também o meu apoio, se for o caso – é que se olhe outro imóvel, outro terreno, construa-se e instale-se a Apac, em Juiz de Fora. Estou até disposto – faço esse compromisso publicamente – a ajudar essa emenda parlamentar, mas que não desalojem 200 crianças, que são ali diretamente atendidas. São 200 famílias carentes que serão tiradas dali sem terem para onde ser levadas. Ali houve um investimento muito grande. A D. Graça, diretora, fez investimento do próprio bolso, juntamente com a comunidade, com a população, e não podemos permitir que essas crianças sejam retiradas dali dessa forma, sem nenhuma contrapartida. Então o que pedimos aqui, Sr. Presidente – estaremos também encaminhando ofício ao nosso governador Fernando Pimentel –, é que autoridades envolvidas, o Judiciário local, o Dr. Evaldo – que é uma pessoa que admiramos muito, um parceiro do sistema prisional, um juiz decente, um homem que tem trabalhado muito e que tem sido parceiro da nossa comunidade – olhem essa situação com muito carinho. Então, que se olhe com carinho para esses moradores do Bairro Linhares. Já temos ali 2.500 sentenciados, e não é esse investimento que o bairro, que a população merece. O que precisamos ali é de investimento na saúde, na educação e na segurança, de melhorias na infraestrutura de nosso bairro. Deixo o meu abraço para a comunidade do Bairro Linhares. Estamos engajados, juntos nessa luta, para a permanência da creche no Bairro Linhares. Obrigado, presidente.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, queria registrar minhas homenagens a um querido amigo que perdemos na semana passada. Estão aqui o deputado Duarte Bechir e todos os deputados que conhecem a cidade e a região de Aguanil, cujo prefeito, Sebastião Elói, teve uma morte repentina e nos deixou. Este é um registro importante. Tratava-se de um homem público sério, com toda a sua simplicidade, prefeito de Aguanil durante três mandatos – exercia o início do seu terceiro mandato. Tive oportunidade, com os deputados Duarte Bechir e Tiago Ulisses e o secretário Odair Cunha, de estar na cidade, e presenciamos toda a comoção do município por perder uma pessoa tão boa, honesta em toda a sua trajetória pública. Então, queria prestar aqui as minhas homenagens ao município, à família e, obviamente, a todo o legado que ele deixa, num momento tão difícil da vida pública que todos nós vivemos, na política em si. Um homem com essa história e trajetória merece aqui as nossas homenagens e reconhecimento. Ontem, foi celebrada a missa de sétimo dia. Então, rendo aqui as homenagens a esse homem público, que nos deixa um grande legado, uma grande história de uma trajetória limpa, que merece todo o nosso reconhecimento. Fica registrado, nos anais da nossa Casa, o nosso total reconhecimento pelo belíssimo trabalho, pela belíssima história do Sr. Sebastião Elói, um amigo que aprendi a admirar, sobretudo nessa nova trajetória, no início de uma grande parceria. Independentemente disso, quero deixar as minhas condolências à família, o meu reconhecimento. Que a sua história possa ser reconhecida no município por aqueles que hoje continuarão o seu trabalho à frente da administração municipal de Aguanil. Ao Sebastião Elói e a sua família, o meu abraço, o meu reconhecimento. Obrigado, presidente, pela oportunidade.

O deputado Antônio Jorge – Presidente Dalmo, pares e público que nos acompanham, boa tarde. Raramente uso a palavra pela ordem, como V. Exa. tem notado. Mas queria chamar a atenção... O deputado Bechir tocou numa agenda importantíssima do governo do Estado, de toda a sociedade mineira: a questão das Apaes. Quero fazer um reconhecimento público. Desde o momento em que me tornei gestor estadual, percebo que o deputado Duarte Bechir presta imensa contribuição a esse segmento. É um segmento deficiente esse das Apaes. Então, quero saudá-lo publicamente e falar do meu reconhecimento, deputado Bechir, porque esse ainda é um segmento que não tem a devida atenção da sociedade e do poder público. Lutam com muitas dificuldades. Quando estive à frente da gestão estadual, criamos o Pipa, criamos programas e os incentivamos. Mas sei que tudo que fazemos é muito pouco para reconhecer, mais do que isso, fortalecer o segmento da Apae. Quanto à fala de V. Exa., ressaltando a sua legitimidade, a sua história de muito crédito junto ao segmento, gostaria de fazer uma ressalva em relação ao governo do Estado. Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Vanderlei Miranda, me impressiona muito a desfaçatez com que o governo do Estado vem tratando o custeio não só dessas entidades, como de outras correlatas. O Cosems publicou ontem a atualização da auditoria da dívida de custeio do Estado com os municípios, que já chegou a R\$2.500.000.000,00. Não é obra parada, não é convênio que desembolsou. Não é nada disso não, é o custeio. São os

compromissos pactuados. Alguns são até recursos federais retidos. Ficaram quase um ano sem pagar às Apaes. Agora fazem uso político disso. Em vez de virem a público se desculparem com a sociedade, com os pais, com as mães, com os gestores, ainda festejam e fazem proselitismo político, dizendo que estão pagando uma dívida – que eles criaram. É uma cara de pau, é uma desfaçatez, do ponto de vista do compromisso com a sociedade, que não tem precedência. Aliás, este governo tem conseguido muito não ter precedentes, infelizmente do ponto de vista negativo. Quanto à questão da Apae, V. Exa. é um legítimo militante dessa causa, de uma causa na qual não cabe demagogia, mas apoio sincero, como o de V. Exa. Peço que se una, em coro, àqueles que, como nós, não aplaudimos o governo do Estado por pagar a dívida. Cobramos que pague em dia. Temos de nos rebelar. Mais que isso, temos de denunciar essa farsa política de festejar por pagar o que é devido às pessoas. É inacreditável, deputado Dalmo Ribeiro Silva, como o governo estadual tem trabalhado a questão do custeio das unidades sociais, principalmente a da saúde.

O deputado Fabiano Tolentino – Sr. Presidente, pegando a fala do deputado Antônio Jorge e cumprimentando o Duarte Bechir, que fala muito bem sobre as Apaes, quero fazer uma consideração sobre este governo do Estado de Minas Gerais, quanto à saúde. Tenho em vista a fala do ex-secretário de Saúde, deputado Antônio Jorge. Em Divinópolis, Sr. Presidente, não repassaram o recurso para a UPA. Pessoas estão morrendo nas filas da UPA, nos corredores da UPA. É impressionante como está a situação de Minas Gerais, inclusive de Divinópolis, minha cidade, onde as pessoas são maltratadas pela área da saúde. Este governo não está nem aí. Vira as costas para a saúde do Estado de Minas Gerais. Não repassa aquilo que é devido. Não repassa aquilo que a Constituição determina, que são os 12%. Investe apenas os 7%, como no ano passado. Não podemos mais aceitar isso, Sr. Presidente, porque pessoas estão morrendo na ponta. Famílias estão perdendo seus entes queridos por falta de atendimento básico nas UPAs. E mais, temos um hospital praticamente 85% já pronto em Divinópolis, precisando ser acabado. Falta menos de 15%, de 20% para concluí-lo, mas o governo dá as costas para esse hospital. Diz que não é prioridade. Imaginem só, não ser prioridade a saúde no Estado de Minas Gerais. Não temos mais de aceitar esse tipo de coisa. Esta Casa tem de fazer um grande debate sobre o que está acontecendo com os hospitais públicos, com entidades públicas filantrópicas e também com as UPAS, como no caso de Divinópolis. Do contrário, Sr. Presidente, serão vidas, vidas e vidas ceifadas. Pessoas morrerão, e a gente sem poder dar a elas o devido atendimento. Esperamos que este governo possa entender a nova fase na questão da saúde. Não podemos mais aceitar esse desrespeito que está ocorrendo principalmente em nossa cidade de Divinópolis, com a UPA dessa cidade e com a não construção, com o não término do hospital público, que já está quase pronto, mas que o governo não quer acabar. Muito obrigado, Sr. Presidente. É só um desabafo, porque, lá na ponta, somos nós que andamos, nós que estamos com a sociedade. As famílias nos ligam com seus problemas, e o governador parece que se esquece de Minas Gerais. Está muito mais para defender os seus problemas, muito mais jurídicos que de gestão, e acaba não olhando para o resto. Temos de chamar a atenção também do secretário Sávio Souza Cruz, que é deputado como nós e sabe das nossas dificuldades. Pedimos que olhe pela nossa região, mesmo porque ele tem grande interesse ali. Ele é muito bem votado na região. Que ele possa dar à região aquilo que ela merece, que é um compromisso melhor da saúde com o Estado de Minas Gerais e, principalmente, com a cidade de Divinópolis. Muito obrigado, Sr. Presidente, é só um desabafo por parte deste deputado, porque Minas Gerais está sendo desrespeitada na área de saúde, principalmente em Divinópolis.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra, com muita alegria, a presença nas galerias de estudantes do curso de direito da Faculdade Doctum, de Caratinga. Muito obrigado.

Oradores Inscritos

– Os deputados Vanderlei Miranda, João Leite e Sargento Rodrigues proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questões de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Agradeço a V. Exa. a paciência e peço o encerramento de plano da reunião, considerando que temos apenas três deputados em Plenário, este deputado, o Durval Ângelo e o Gustavo Corrêa.

O deputado Durval Ângelo – Sr. Presidente, como há matérias importantes na pauta a serem votadas, solicito a recomposição de quórum.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Sargento Rodrigues) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 6 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que está encerrada, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em turno único, da Indicação nº 46/2017, uma vez que permaneceu em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 11, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 29ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/9/2017

Presidência dos Deputados Bosco e André Quintão

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – 1º Painele: Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Palavras do Presidente – Palavras do Deputado André Quintão – Palavras da Sra. Ruth Schmitz de Castro – Palavras do Sr. José Carlos da Costa – Palavras do Prof. Wanderley Chieppe de Felipe – Palavras do Sr. Leonardo de Oliveira Lara – 2º Painele: Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Apresentação dos Relatórios Aprovados nos Grupos de Trabalho – Leitura das Propostas e Levantamento dos Destaques – Suspensão e Reabertura dos Trabalhos – Apresentação, Discussão e Votação dos Destaques – Discussão e Votação de Novas Propostas – Aprovação do Documento Final – Entrega do Documento Final – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

André Quintão – Bosco.

Abertura

O presidente (deputado Bosco) – Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião à realização da sessão plenária final do Parlamento Jovem de Minas 2017, projeto resultante da parceria entre a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a PUC Minas e câmaras municipais. Nesta sessão, estudantes

do ensino médio dos municípios participantes discutirão e votarão propostas elaboradas por eles sobre o tema “Educação política nas escolas”, cujo resultado será entregue à Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

1º Painel

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Leonardo de Oliveira Lara, vereador da Câmara Municipal de Pains, representando as câmaras municipais; e Prof. Wanderley Chieppe de Felipe, pró-reitor de extensão da PUC Minas; a Exma. Sra. Ruth Schmitz de Castro, gerente-geral da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; e o Exmo. Sr. José Carlos da Costa, diretor da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Unai, representando as coordenações municipais do Parlamento Jovem 2017.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor – Participam desta edição do Parlamento Jovem de Minas 63 câmaras municipais, agrupadas em polos regionais, a saber: Polo Central, coordenação Belo Horizonte – Câmara Municipal de Belo Horizonte, Câmara Municipal de Betim, Câmara Municipal de Curvelo e Câmara Municipal de Ouro Preto; Polo Centro-Oeste, coordenação Divinópolis – Câmara Municipal de Divinópolis, Câmara Municipal de Nova Serrana, Câmara Municipal de Pains e Câmara Municipal de Pará de Minas; Polo Médio Piracicaba, coordenação São Gonçalo do Rio Abaixo – Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro, Câmara Municipal de Itabira, Câmara Municipal de João Monlevade e Câmara Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo; Polo Norte e Jequitinhonha, coordenação Montes Claros – Câmara Municipal de Capelinha, Câmara Municipal de Ibiracatu, Câmara Municipal de Itamarandiba, Câmara Municipal de Montes Claros e Câmara Municipal de Taiobeiras; Polo Noroeste, coordenação Unai – Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas, Câmara Municipal de João Pinheiro e Câmara Municipal de Unai; Polo Sul de Minas I, coordenação Ouro Fino – Câmara Municipal de Ouro Fino e Câmara Municipal de Extrema; Polo Sul de Minas II, coordenação Guaxupé – Câmara Municipal de Guaxupé, Câmara Municipal de Poços de Caldas e Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso; Polo Sul de Minas III, coordenação Varginha – Câmara Municipal de Santana da Vargem, Câmara Municipal de Três Corações, Câmara Municipal de Três Pontas e Câmara Municipal de Varginha; Polo Sul de Minas IV, coordenação Pouso Alegre – Câmara Municipal de Andradas, Câmara Municipal de Cachoeira de Minas, Câmara Municipal de Camanducaia, Câmara Municipal de Cambuí, Câmara Municipal de Carvalhópolis, Câmara Municipal de Conceição dos Ouros, Câmara Municipal de Córrego do Bom Jesus, Câmara Municipal de Itajubá, Câmara Municipal de Itanhandu, Câmara Municipal de Machado, Câmara Municipal de Maria da Fé, Câmara Municipal de Paraisópolis, Câmara Municipal de Pouso Alegre, Câmara Municipal de Santa Rita de Caldas e Câmara Municipal de São Lourenço; Polo Triângulo, coordenação Iturama – Câmara Municipal de Conceição das Alagoas, Câmara Municipal de Iturama, Câmara Municipal de Limeira do Oeste, Câmara Municipal de Uberaba e Câmara Municipal de Uberlândia; Polo Zona da Mata I, coordenação Matias Barbosa – Câmara Municipal de Carandaí, Câmara Municipal de Juiz de Fora, Câmara Municipal de Leopoldina, Câmara Municipal de Madre de Deus de Minas, Câmara Municipal de Matias Barbosa, Câmara Municipal de Olaria, Câmara Municipal de Rio Preto e Câmara Municipal de Santos Dumont; e Polo Zona da Mata II, coordenação Viçosa – Câmara Municipal de Paula Cândido, Câmara Municipal de Ponte Nova, Câmara Municipal de Senhora dos Remédios, Câmara Municipal de Ubá, Câmara Municipal de Viçosa e Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco.

Palavras do Presidente

Bom dia a todos os jovens que muito nos honram com suas presenças neste Parlamento, nesta Casa de todos os mineiros e de todas as mineiras. É uma alegria, uma satisfação participar deste momento extremamente importante e que passará a fazer parte da história de Minas Gerais, sobretudo com a presença de vocês.

Saúdo aqui o meu amigo, grande deputado do Parlamento mineiro, André Quintão, que, além de ser muito atuante, propositivo, é um parlamentar que sempre apoiou o programa e as ações do Parlamento Jovem. Portanto, caro André Quintão, é uma alegria e uma satisfação contar com a sua presença.

Saúdo também o vereador Leonardo de Oliveira Lara, da câmara municipal da nossa querida Pains, representando aqui todas as câmaras municipais. Na sua pessoa, queremos, desde já, em nome da Assembleia Legislativa, agradecer a todas as câmaras municipais que não mediram esforços para apoiar o Parlamento Jovem da Assembleia de Minas e que também se empenharam, sobretudo na inscrição dos seus municípios, para que realmente pudessem estar aqui tão bem representadas.

Saúdo o pró-reitor de Extensão da PUC Minas, Prof. Wanderley, na pessoa de quem agradecemos essa parceria importantíssima neste projeto. Desde o primeiro momento, a PUC se colocou à frente, com a Assembleia, para que o projeto alcançasse tamanho sucesso. Muito obrigado, pró-reitor. Leve a todos os membros da diretoria da PUC Minas o nosso abraço e o reconhecimento da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Saúdo também a nossa gerente-geral da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Ruth Schmitz de Castro, uma mulher encantadora que vocês tiveram a oportunidade de conhecer, de conviver em horas e momentos importantes. A Ruth, com esse espírito sempre jovem, tem trabalhado com muita maestria e, sobretudo, com muita competência nesse programa Parlamento Jovem. Portanto, Ruth, nossos parabéns. E que o ano que vem seja de grande sucesso como este ano.

Saúdo o Sr. José Carlos da Costa, representando as coordenações municipais do Parlamento Jovem, que tem uma participação extremamente importante. Portanto, José Carlos, parabéns por sua dedicação.

Tenho comigo uma mensagem do nosso presidente, deputado Adalcleber Lopes, porém, antes de fazer a sua leitura, gostaria, de forma bastante breve, de manifestar o nosso entusiasmo por este programa Parlamento Jovem, principalmente pela participação de vocês. Sou deputado estadual em segundo mandato e sou da cidade de Araxá, localizada no Alto Paranaíba, no Triângulo Mineiro. Comecei a militância política há algum tempo e a iniciei na minha juventude. Posso dizer que ainda me considero tão jovem quanto vocês, mas me iniciei na vida política praticamente aos 18 anos, participando de discussões e de debates.

Em 1992, atendendo a um convite de alguns amigos, resolvi disputar a eleição de vereador pela Câmara Municipal de Araxá. Disputei a eleição e, para minha surpresa, caro deputado André Quintão, fui eleito já na primeira campanha de que participei. Daí fui adquirindo experiência e participando efetivamente das discussões e votações dos projetos da Câmara Municipal de Araxá, onde fiquei por quatro mandatos consecutivos. Fui eleito quatro vezes, por quatro mandatos consecutivos, e sempre, de forma muito orgulhosa, fui o vereador mais bem votado da história de Araxá, e isso se deve ao amor e à paixão que tenho pela política.

Se queremos um futuro melhor para nós, para a nossa família, para as nossas cidades e para as nossas escolas, precisamos participar efetivamente da política. O futuro das nossas cidades, do nosso estado, do nosso país, o nosso futuro passa necessariamente pelas decisões da política, seja nas câmaras municipais, na Assembleia Legislativa, no Congresso Nacional ou no Senado da República. As grandes decisões passam necessariamente pelas decisões dos políticos.

Assim sendo, querendo ou não, gostando ou não de política, nós, que vivemos em sociedade, sempre vamos depender das decisões políticas. Então fiz essa reflexão quando resolvi entrar para a política. Se quero uma cidade melhor e um futuro melhor para mim, preciso aprender a gostar da política e participar efetivamente dela, bem como estar presente nas decisões políticas da minha cidade. E assim as coisas caminharam até que resolvi me candidatar a deputado estadual, em 2010, e hoje estou aqui no meu segundo mandato. No primeiro mandato, fui eleito com 32 mil votos, uma votação razoável no tocante ao contexto geral, e agora, no segundo

mandato, saltei de 32.000 votos para 72.535 votos. Acredito que esse aumento, esse crescimento de votação de um mandato para outro não foi em razão da cor dos meus olhos, nem de um passe de mágica, mas pelo fato de gostar, amar o que faço. Com muita tranquilidade, digo que adoro, sou apaixonado pela política, mas pela política boa e positiva, que transforma e faz as coisas de fato acontecerem.

Quero dizer aos jovens que estão estudando e dedicando horas importantes da vida para buscar o conhecimento por meio das escolas e das faculdades que continuem firmes nesse caminho, porque o conhecimento é o passaporte para o futuro. Vivemos num mundo globalizado em que a disputa no mercado de trabalho é cada vez mais acirrada.

Quanto maior o conhecimento que obtiverem, com certeza melhor posição conseguirão no mercado de trabalho e na sociedade, de uma forma geral.

Portanto, parabéns a vocês por participar do Parlamento Jovem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Tenho certeza de que este momento ficará marcado na vida de cada um de vocês. Se tiver aí uma pitada, uma vontade de ir mais além na política, sigam esse caminho, porque a política oferece espaço para as pessoas de bem. Temos esta Assembleia, que é constituída por 77 deputados. Se as pessoas de bem quiserem ocupar este espaço, vão ocupar sim. Agora, se as pessoas de bem se retraírem e cruzarem os braços, outras pessoas o ocuparão. Podem ficar tranquilos. A política do município de vocês, a política do nosso Estado de Minas Gerais e do Brasil sempre teve e sempre terá espaço para as pessoas de bem, para as pessoas que querem trabalhar, para as pessoas que querem transformar realmente a vida de outras pessoas, assim como a cidade, o nosso estado e o nosso país.

Gostaria, para encerrar minhas palavras, de fazer a leitura da mensagem que o nosso presidente Adalclever Lopes fez questão de repassar para que a fizéssemos em nome dele. Ele lamentou muito não poder estar aqui, uma vez que está representando a Assembleia em outro evento.

(– Lê:) “Atividade imprescindível na agenda deste Legislativo e carro-chefe do nosso programa Educação para Cidadania, o Parlamento Jovem volta a se realizar no bojo de um crescente sucesso. As ações que integram o programa vêm alcançando o objetivo de uma interiorização mais ampla, com o envolvimento e a decisiva participação das câmaras municipais. A juventude de Minas Gerais vem, portanto, sendo preparada para uma participação política efetiva, ao mesmo tempo em que se torna mais familiarizada com a organização dos Poderes, especialmente o Legislativo. Envolvendo mais de 60 municípios, o Parlamento Jovem deste ano acontece num momento de séria crise política, fonte de grandes desafios para o futuro imediato do nosso país. É assim que o tema abordado, ‘Educação política nas escolas’, pode significar um caminho para a superação de uma atitude perigosamente polarizada em relação às próximas eleições. Desde jovens, devemos estar preparados para respeitar a diversidade e aprofundar, com visão crítica, o compromisso democrático pela solidariedade e o consenso. O bom cidadão mostra interesse e envolvimento com os problemas de sua comunidade, ao mesmo tempo em que se sente responsável pelo destino de seu país.”

Essas são as palavras do nosso presidente Adalclever Lopes. Mais uma vez, obrigado pela presença de vocês. Viva a juventude mineira! Viva o nosso país! Muito obrigado. Sejam todos bem-vindos.

Palavras do Deputado André Quintão

Bom dia a todos e a todas. Bom dia às várias juventudes presentes, aos estudantes dos ensinos médio e superior. Cumprimento o nosso querido presidente da Comissão de Cultura e desta reunião, amigo deputado Bosco; o nosso pró-reitor da PUC, Prof. Wanderley Felipe, universidade na qual tive a honra de cursar serviço social – transmita meu abraço a D. Joaquim Mol, nosso reitor; o Leonardo, vereador da Câmara Municipal de Pains, estendendo o cumprimento a todas as câmaras municipais; a Ruth, que é uma das maiores responsáveis pelo êxito do projeto, na pessoa de quem cumprimento toda a equipe da Assembleia, da Escola do Legislativo e de todas as outras áreas; e o José Carlos, por meio de quem cumprimento os integrantes das câmaras municipais.

Rapidamente quero registrar a alegria de participar de mais uma edição do Parlamento Jovem. O Parlamento Jovem se iniciou entre os anos de 2003 e 2004, quando implantamos na Assembleia a Comissão de Participação Popular. Foi uma iniciativa a

partir da experiência que a Escola do Legislativo tinha no relacionamento de formação para a cidadania e do protagonismo da Pontifícia Universidade Católica, que apresentou à época, na Comissão de Participação Popular, uma sugestão de projetos relacionados à juventude e cidadania. Naquele ano, eu era responsável pela implantação da Comissão de Participação Popular, e aquela ideia se transformou em um projeto que ano a ano vem sendo aperfeiçoado. Ele começou só aqui em Belo Horizonte, mas, depois, a estratégia de interiorização fez com que hoje já atingisse, nesta edição, mais de 60 municípios. E é um desejo crescente de várias câmaras municipais aderir a ele, pois é um projeto inovador, que tem qualidade, que discute conteúdos de uma forma prazerosa e que motiva a juventude.

Um dos erros hoje é estigmatizar as juventudes dizendo que elas não querem a política. Elas não querem a política tradicional, a má política, a política chata, mas projetos bem estruturados, que apontam para a cidadania, motivam. O fato de os jovens terem protagonismo no projeto, de escolherem as temáticas, e de essas propostas discutidas poderem ter repercussão em políticas públicas no Estado, no orçamento, no planejamento cria também um comprometimento maior daqueles que participam com o projeto.

Então, quero parabenizar todos que preservam a qualidade de um projeto institucional da Assembleia Legislativa, que já tem publicações, inclusive de avaliação. Se não me falha a memória, por ocasião dos 10 anos do projeto foi editado um livro pela PUC Minas.

Hoje – já termino –, esse projeto vai no sentido de fortalecer a cidadania a partir de uma educação de qualidade, de uma educação cidadã. Queremos uma escola que discuta o País, os direitos sociais; uma escola não seja homofóbica; uma escola que não seja intolerante; uma escola que respeite a questão de gênero; uma escola que respeite as diversidades presentes nas juventudes; enfim, uma escola cidadã que forme pessoas que vão defender a democracia e os direitos sociais em nosso país. Viva o Parlamento Jovem! Vida longa ao Parlamento Jovem!

Palavras da Sra. Ruth Schmitz de Castro

Bom dia a todos. É um prazer estar aqui com vocês novamente.

Ontem e também na quarta-feira nos encontramos. Tenho certeza de que os trabalhos estão e continuarão acontecendo da melhor maneira possível e com a participação, a dedicação e o interesse de todos vocês.

Esse tema é de grande importância neste momento que vivemos no País. Discutir a educação política nas escolas não é simplesmente algo que precisamos fazer em um evento ou em um programa como o Parlamento Jovem: é algo que devemos sempre fazer. A escola é a primeira porta que temos de contato com a sociedade e outros que vão além da nossa família. A escola deve também nos capacitar para a vida em sociedade. Por isso, esse tema que foi escolhido por vocês no ano passado – e tão bem trabalhado ao longo deste ano – tem muita importância hoje.

Todos vocês acompanharam, ao longo do ano, a temática da educação política nas escolas apresentada sob o slogan “Educação política: conhecer e participar”. Para enfrentar as dificuldades que vivemos, precisamos conhecer como cidadão, participar como cidadão e agir como cidadão. A educação para a cidadania, a educação para o exercício das suas potencialidades na coletividade apenas acontecerá se nos conhecermos como cidadão, ou seja, se estivermos sendo educados sobre cidadania, sobre aquilo que nos mobiliza, sobre aquilo que nos interessa, sobre aquilo que nos une como seres humanos. Isso quer dizer a vida na coletividade.

Além de sermos educados sobre cidadania, precisamos ser também educados pela cidadania, por meio do exercício da cidadania. É isso que sempre faz o Parlamento Jovem: educar sobre cidadania e educar pela cidadania para que, conhecendo e participando com cidadãos, possamos pensar como cidadãos e enfrentar os desafios que se apresentam. Dessa forma, apenas tenho a testemunhar o tanto que vocês, neste ano e em todos os outros, com os estudantes que os antecederam, se dedicaram a esse exercício prazeroso. Por que não? Vocês nos mostraram que fazer e pensar política é fundamental. Não há que se falar em cidadania sem falar em política; cidadania e política são palavras que estão intrinsecamente ligadas; são palavras que têm a mesma raiz. Há diferenças de origem linguística. Cidadania vem de cidade, civitas em latim; política vem de pólis – cidade também em grego. Então, não

precisamos distinguir cidadania e política; ambas dizem respeito a ações, a conceitos e a reflexões na vida da polis, sobre a vida na cidade, sobre a vida que temos ao lado de outras pessoas. Vocês, bem como os outros que os antecederam, fizeram bem essa reflexão ao longo deste ano e, com certeza, continuarão a fazer diferença nas suas cidades e ao longo de suas vidas.

Deixo o meu abraço a todos. Parabéns! Espero que tudo transcorra, ao longo do dia, como foi até agora. Um abraço.

Palavras do Sr. José Carlos da Costa

Bom dia a todos. Antes de começar, gostaria de cumprimentar o deputado Bosco, que preside esta reunião, e o deputado André Quintão, na pessoa de quem saúdo os demais membros desta Mesa. Agradeço, de forma muito especial, ao vereador Alino Coelho, presidente da Câmara Municipal de Unaí, por seus esforços para que o Parlamento Jovem ocorresse na cidade de Unaí e no polo Noroeste de Minas. Em seu nome, cumprimento os demais presidentes dos Legislativos municipais que, em um ano tão difícil como este e com todas as dificuldades orçamentárias e financeiras enfrentadas, conseguiram trazer o Parlamento Jovem a este momento tão especial.

Foi com extrema satisfação e orgulho que recebi a missão de representar, nesta abertura, os coordenadores municipais e de polos. Estão aqui a Léa, a Vany, do nosso polo, a Maria José, do Triângulo, o Samuel, o Carlos, o Augusto, com quem convivemos há praticamente três anos. Somos uma família nessa luta, e esse momento representa nosso trabalho desde o início do ano.

Pela quarta vez seguida, estou neste momento decisivo do projeto, quando vocês, alunos, os quais parableno, têm enorme responsabilidade. Hoje, vocês representam suas cidades, suas escolas, os quase 2 mil alunos – número recorde no Parlamento Jovem – que participaram das atividades dessa edição em todo o Estado de Minas Gerais.

Para vocês, digo que o que farão, nesta tarde, é motivo de muito orgulho para todos nós. Garanto que não existe ninguém tão feliz por vocês protagonizarem esse momento como nós, coordenadores. Nossa felicidade não se resume ao fato de termos cumprido nosso dever. É muito mais do que isso. A verdade é que, no Parlamento Jovem, nos doamos e às vezes chegamos a não acreditar, dada a complexidade do projeto. A cada nova edição, os antigos desafios se juntam aos novos. Muitos desafios surgem pelo caminho. Andamos firmes e fazemos uma coisa de cada vez.

Se você observar o Parlamento Jovem como um todo, em janeiro começamos a movimentação, com as primeiras ações, até setembro, com a etapa estadual, passando pelas oficinas, pela mobilização de pessoas dispostas a trabalhar e trazer uma formação consistente para o exercício da participação e da cidadania, encontro de polos, visitas técnicas, da Fernanda, do pessoal da PUC Minas, as avaliações e correções de rumo que sempre surgem, toda a logística envolvida, enfim, ao se ver o tamanho de tudo isso há um receio de não conseguir.

Entretanto, conseguimos, porque fomos resilientes. Esse espírito do coordenador do Parlamento Jovem tem relação direta com vocês, alunos. Acreditar em vocês é o que nos dá essa força. As pessoas estão cansadas de ouvir que o jovem é o futuro do nosso país; o jovem é o presente, o hoje, o agora! Aproveitem este momento. O resultado está posto, representado por essa plenária estadual. Olhando esses meninos nos olhos digo que não é apenas sensação de dever cumprido, é muito mais. Do fundo do meu coração, sinto-me, neste exato momento, com a sensação de dever cumprido do tamanho do mundo.

Parabéns, meus jovens. Vocês serão os protagonistas nesta tarde. Para encerrar minha fala, deixo algumas palavras para que reflitam. Que tenham inspiração, coragem, determinação, serenidade e sobretudo sabedoria. Como tudo que disse, sem sabedoria não costumamos encontrar o melhor caminho. Obrigado e bom dia a todos.

Palavras do Prof. Wanderley Chieppe de Felipe

Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o deputado Bosco, presidente da Comissão de Cultura, aqui representando o deputado Adalclever Lopes, presidente desta Casa. Na pessoa dele, cumprimento os membros desta Mesa. Cumprimento os professores das escolas, participantes do Parlamento Jovem, todos os jovens, todos vocês que se animaram a participar e aqui

representam um universo muito maior de participantes; os professores da PUC Minas que se dedicam ao projeto, a professora Karina, que está aqui; o professor Alexandre, que virá à tarde; os estudantes da PUC, extensionistas que participam do projeto com empenho, e os demais presentes.

Em nome do nosso reitor, D. Joaquim Mol, trago um abraço da universidade a todos vocês, lembrando que o Parlamento Jovem é um projeto muito importante para nós, da PUC. Represento aqui a Pró-Reitoria de Extensão, que é exatamente a porta de saída e de entrada, a porta de contato com a sociedade. A universidade não pode segurar o conhecimento para si mesma, não pode ficar fechada em seus limites. Ela tem a obrigação de compartilhar seu conhecimento e também de colocar os seus alunos em situação de outras aprendizagens fora da sala de aula.

Tenho certeza de que os estudantes de ciências sociais da PUC Minas concordarão comigo: o Parlamento Jovem é uma excelente escola para os nossos estudantes universitários também. A Escola do Legislativo, aqui representada pela Ruth, que é uma parceira de primeira hora e muito dedicada a esse projeto, é uma excelente escola também para os jovens universitários. Não basta ficar dentro de sala de aula, e vocês estão experimentando isso. Quando saímos um pouco desses limites, temos muitas outras aprendizagens. É por isso que a PUC Minas se estrutura a cada ano e oferece mais de 100 projetos sociais. Este ano estamos realizando 110 projetos sociais nas mais diversas frentes, com crianças, jovens, idosos, quilombolas, indígenas, com todos os segmentos da população, porque vivemos em uma sociedade plural.

O deputado André Quintão fez uma referência a isto: infelizmente, estamos presenciando uma onda de intolerância, pessoas que não querem permitir que se fale de política em escola ou que se fale de gênero, que se fale de diversidade, de diferenças. Muita gente anda lutando para que a escola não possa falar disso. O que é a nossa educação, então? Quem vai poder mudar este país?

A Ruth fez referência à palavra política, oriunda de pólis, grego. Tive a felicidade de estudar grego e latim na minha escola, na época – o grego antigo naturalmente –, aprendi algumas coisas e pude discutir também o nascedouro da democracia, o poder pelo povo, exercido pelo povo. Nós nos esquecemos disso, estamos distanciados disso. Simplesmente delegamos e observamos que há muita gente de boa vontade exercendo cargos políticos e gente interessada seriamente em melhorar este país, como também há outros lutando em causa própria, pura e simplesmente. Então não dá para transformar este país sem participarmos, sem acompanharmos, sem entendermos o que está se passando, o que está acontecendo.

Esse exercício que vocês estão fazendo é exatamente para isso. Vocês produziram belas propostas de participação de estudantes das escolas na vida política; de outras formas, não exatamente a política partidária, mas a política no seu sentido original.

Queria parabenizá-los por todo esse trabalho e por seu entusiasmo, e não posso deixar de fazer um agradecimento especial ao deputado André Quintão, que estava presente, como ele bem lembrou aqui hoje, no nascedouro deste projeto, junto com o Departamento de Ciências Sociais da PUC Minas.

Ao unirmos Escola do Legislativo, PUC Minas, Câmara Municipal de Belo Horizonte e Assembleia Legislativa, esse projeto teve início. O vereador Leonardo, de Pains, há de lembrar que sua cidade e Arcos foram os primeiros municípios a participar do Parlamento Jovem, se não me engano, em 2006. Eu estava em Arcos, dirigindo o câmpus na época; fizemos essa proposta, e Pains quis também participar. Portanto, os dois municípios participaram da primeira experiência – foi a abertura. Depois, outros municípios quiseram participar, e isso não para de crescer, o que é um bom sinal, é sinal de que há muitas pessoas interessadas na boa política. Não podemos viver sem a política, mas precisamos da boa política; precisamos fazer com que o nosso país pratique a boa política, fazer com que os recursos públicos sejam, de fato, empregados a favor da população.

Muitos estudantes da PUC Minas têm feito pesquisas a partir da experiência no Parlamento Jovem. O deputado André Quintão fez referência à publicação de um livro, e tive a felicidade de ajudar a organizá-lo e nele publicar um artigo. Outras publicações, dissertações de mestrado e até tese de doutorado foram feitas a partir de pesquisas a respeito deste projeto, que está completando 14 anos. Muitos artigos têm sido publicados. Eu, pessoalmente, já apresentei este projeto em congressos pelo País afora.

Então, o Parlamento Jovem é muito importante e me traz a esperança de que as coisas podem mudar. Talvez daqui, desta turma e das outras que participaram nesses 14 anos, saiam futuras lideranças políticas. Ainda que isso não aconteça – e espero que aconteça –, certamente, a participação de vocês na vida política do País vai ser outra. Vamos dar um rumo melhor para a Nação brasileira.

Com muita alegria, venho participar desta reunião. Corri muito e quase não consegui chegar, mas felizmente cheguei a tempo. Hoje, espero que os trabalhos, que vão se prolongar pelo período da tarde, sejam muito proveitosos e que vocês não desanimem, não percam a esperança, lutem, pois vamos conseguir um país melhor. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Leonardo de Oliveira Lara

Bom dia a todos; bom dia, deputado Bosco, na pessoa de quem estendo minhas saudações aos demais membros da Mesa; e bom dia a todos os jovens que se encontram no Plenário. Quero parabenizar cada um de vocês por terem se dedicado, com responsabilidade, a cada uma das etapas de todo o processo de formação do Parlamento Jovem 2017, fazendo parte, assim, da galera do PJ 17. Sabemos que este projeto não funcionaria sem a colaboração e união de todos, assim como deveria acontecer na política brasileira. O fato de estarmos aqui significa que conseguimos superar todos os desafios. O empenho de cada um de vocês foi essencial para chegarmos a um grande resultado nesta etapa estadual.

Gostaria de parabenizar os coordenadores pela orientação dos estudantes e pela condução do processo, pois, se não fosse assim, não estaríamos aqui, agora, vivenciando essa mistura de sotaques de Minas Gerais. As vozes de vocês, estudantes, já estão mudando o nosso estado, pois as propostas criadas, lapidadas e priorizadas nesse processo democrático serão entregues à Comissão de Participação Popular, podendo mudar a vida de todos nós, mineiros.

Gostaria de salientar também a importância dessa parceria da Assembleia Legislativa com a PUC Minas e as câmaras municipais, assim como a parceria de todas as escolas, porque, sem vocês, o Parlamento Jovem não aconteceria. Esse é o instrumento do começo da mudança. Como o José Carlos falou, vocês não são o futuro, já são o presente e já participam ativamente das decisões. Um bom trabalho a todos e um bom dia. “Por mais jovens na política!”

O locutor – Antes de devolvermos a palavra ao deputado Bosco para que possa encerrar esta Mesa de abertura, gostaríamos de convidar cada um dos componentes da Mesa para se posicionarem para o registro fotográfico, ostentando a faixa de apoio à campanha promovida pela Assembleia Legislativa com o objetivo de atrair os jovens para a política. A campanha diz “Mais jovens na política”.

– Procede-se ao registro fotográfico.

O presidente – Encerrando esta primeira etapa de abertura, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais manifesta seus agradecimentos aos componentes desta Mesa de abertura. Faremos agora, em seguida, a recomposição da Mesa com a participação efetiva dos jovens.

O locutor – Gostaria de convidar os integrantes da Mesa para que se posicionem no plano onde se encontram os estudantes, para uma foto conjunta, por gentileza. E a todos, mais uma vez, muito obrigado pela participação.

– Procede-se ao registro fotográfico.

2º Painel

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a compor a Mesa os estudantes Bernardo Medeiros Batista, do Município de Montes Claros, e Allan Henrique Barbosa, do Município de Ouro Fino, respectivamente coordenador e relator do grupo de trabalho Educação, Política e Currículo; Camila Ferreira, do Município de Leopoldina, e Giancarlo Costa, do Município de Visconde do Rio Branco, respectivamente coordenadora e relator do grupo de trabalho Interações entre Escola e Sociedade na Formação Política dos Jovens; e

Alice Silva, do Município de Uberlândia, e Janaína Paiva, do Município de Rio Preto, respectivamente coordenadora e relatora do grupo de trabalho Educação Política para uma Gestão Democrática e Participativa nas Escolas.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O coordenador (Bernardo Medeiros Batista) – Boa tarde a todos. Vamos começar a nossa plenária estadual. Gostaria de informar aos presentes que esta sessão terá a seguinte dinâmica: os relatores disporão de até 5 minutos para relatar o processo de discussão dos grupos de trabalho; haverá leitura das propostas aprovadas nos grupos de trabalho e levantamento dos pedidos de destaque; aprovação em bloco, por maioria simples, das propostas não destacadas; apresentação oral dos destaques solicitados, em até 2 minutos; discussão e votação, por maioria de votos, dos destaques; apresentação, discussão e votação das novas propostas apresentadas dentro do prazo estabelecido, desde que subscritas por, no mínimo, 35% dos votantes; entrega do documento final ao representante da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Apresentação dos Relatórios Aprovados nos Grupos de Trabalho

O coordenador – A partir deste momento, os relatores apresentarão o processo de discussão dos grupos de trabalho.

– Procede-se à leitura dos relatórios aprovados nos grupos de trabalho.

Leitura das Propostas e Levantamento dos Destaques

O coordenador – Passaremos, agora, à leitura das propostas e à inscrição para destaques; mas, a fim de verificar o quórum, a coordenação solicita aos votantes que levantem seus crachás. Só os alunos poderão votar, e peço que levantem as mãos para a realização da contagem.

Há 120 votantes, contando com os componentes da Mesa; logo, são necessárias 42 assinaturas para apresentação de novas propostas, o que equivale a 35% dos presentes.

Informamos que, a partir deste momento, o formulário para novas propostas está disponível na mesa da assessoria, ao lado da tribuna, à minha esquerda, local em que também deverão ser entregues. O horário limite para apresentação de novas propostas será 15 horas.

Começaremos com a leitura das propostas aprovadas do grupo de trabalho. Também pediremos os destaques. Começaremos com o grupo 1, do qual sou coordenador. Começarei a falar. Depois, quando passarmos para o grupo 2, minha companheira falará e, quando passarmos para o grupo 3, a outra companheira falará.

– Procede-se à leitura das propostas e levantamento dos destaques.

Suspensão dos Trabalhos

O presidente (deputado André Quintão) – Após a realização desta etapa da manhã, estão suspensos os trabalhos, com retorno previsto para as 14 horas. Muito obrigado.

Reabertura dos Trabalhos

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Apresentação, Discussão e Votação dos Destaques

O coordenador – Daremos início, agora, à apresentação e à votação dos destaques. Às 15 horas, faremos uma votação para decidir se uma proposta antiga e que foi suprimida ou que não foi priorizada pode ser passada como uma proposta nova.

Será concedida a palavra por até 2 minutos às pessoas que se inscreveram. Diferente do que foi trabalhado na regional, vamos ler cada destaque e, se os autores quiserem modificar a proposta, vão falar, mas só no final vão poder fazer a defesa da redação original.

Na apresentação de destaques, uma campainha controlando o tempo tocará quando os dois minutos se esgotarem, devendo o orador concluir o seu pensamento bem rápido. Há microfones no fundo, ali e os daqui da frente.

Vamos começar chamando um por um. Os destaques de esclarecimento, quando houver alguma dúvida, terão preferência.

– Procede-se à apresentação, discussão e votação dos destaques.

Discussão e Votação de Novas Propostas

A coordenadora (Alice Silva) – Passaremos à discussão e à votação das nove propostas novas, sendo que duas foram suprimidas ontem no grupo.

– Procede-se à discussão e votação das novas propostas.

Aprovação do Documento Final

A coordenadora – Quero agradecer a presença de todo mundo. Quero agradecer principalmente, no meu nome, à Assembleia Legislativa de Minas Gerais por ter me tratado tão bem, com todas as minhas dificuldades, com todos os problemas por que passo perante a sociedade, que me julga como um não ser. Então, gostaria muito de agradecer. Uma salva de palmas para a Casa.

Declaro aprovado o documento final do Parlamento Jovem 2017, com o tema “Educação Política nas Escolas”.

– O teor do documento final aprovado é o seguinte:

DOCUMENTO FINAL DE PROPOSTAS

SUBTEMA 1 – Educação Política e Currículo

1.1 – Implementação da Lei nº 15.476, de 2005, pela Secretaria de Estado de Educação, para inclusão de atividades lúdico-pedagógicas, com o estudo da Constituição em Miúdos no ensino fundamental I e estudo da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB –, nas escolas públicas e privadas, para alunos do ensino fundamental II e do ensino médio, de forma interdisciplinar, promovendo o debate político.

1.2 – Inserção de debates políticos, considerando-se aspectos apartidários, contínuos e dinâmicos nas aulas de ciências humanas, envolvendo temas atuais e a democracia, respeitando-se as grades curriculares e os projetos pedagógicos de cada escola, levando-se em consideração o contexto social em que estão inseridas.

1.3 – Instituição da Semana de Aprendizagem Cidadã – Seac –, a ser realizada em períodos flexíveis, com realização de manifestação sociocultural e apresentação de trabalhos, entre outras atividades educacionais, com os alunos do ensino fundamental II e até o segundo ano do ensino médio de todas as escolas, sendo a escolha do tema de cada edição responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

1.4 – Realização de oficinas de participação livre, em que o aluno poderá externar os seus interesses e pesquisar a respeito, e oferta de cursos profissionalizantes voltados à cultura regional e à economia da cidade, aumentando-se, assim, o leque de possibilidades para os alunos do ensino médio.

1.5 – Implementação, pela Secretaria de Estado de Educação, da disciplina educação sociopolítica no ensino fundamental II e ensino médio, com base nos conteúdos previstos na Lei nº 15.476, de 2005, que determina a inclusão de conteúdos referentes à cidadania nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio.

SUBTEMA 2: Interações entre Escola e Sociedade na Formação Política dos Jovens

2.1 – Oferta de acompanhamento psicossocial nas escolas em parceria com os órgãos públicos de saúde com o objetivo de solucionar conflitos entre alunos, professores, famílias e também para auxiliar nas questões psicológicas do aluno, contribuindo assim para o melhor rendimento escolar, devendo o número de profissionais ser compatível com a demanda.

2.2 – Realização de eventos e atividades de formação política com participação de toda a comunidade escolar, visando ao esclarecimento de dúvidas, à simulação de debates políticos e à promoção do conhecimento sobre divisão dos poderes e ações sociais, sendo as atividades organizadas pelas câmaras municipais e desenvolvidas por todas as comunidades do município.

2.3 – Exigência de comprovação, para todos os secretários nomeados pelos chefes dos poderes executivos estadual e municipais, de experiência na pasta que assumirão.

2.4 – Criação de uma simulação de um processo eleitoral para a comunidade escolar a partir do 9º ano, realizado por voluntários que tenham conhecimento na área, com intuito de esclarecer quaisquer tipos de dúvidas sobre o processo eleitoral.

2.5 – Realização de conversas e debates pelas secretarias municipais nas escolas de ensino médio, a fim de que os jovens conheçam e aprendam mais sobre as vertentes e as atividades administrativas do município.

2.6 – Incentivos financeiros, pela ALMG, à implementação de escolas legislativas nas Câmaras Municipais, promovendo-se a integração estudantil no meio político, de modo que os estudantes aprendam sobre a Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB –, buscando solucionar os problemas observados no ambiente social no qual estão inseridos.

SUBTEMA 3: Educação Política para uma Gestão Democrática e Participativa nas Escolas

3.1 – Criação de congresso partidário no âmbito escolar municipal e estadual, com o objetivo de propor soluções para demandas de interesse coletivo, podendo o congresso realizar encontros entre escolas do município com tema relacionado ao mundo político, ou sobre as políticas públicas e seus efeitos na vida da sociedade, organizados por profissional da área, grupo de jovens capacitados ou jovens que participaram do Parlamento Jovem de Minas.

3.2 – Promover meios para integração dos grêmios escolares, colegiados escolares e outros representantes escolhidos pela instituição, das escolas públicas e privadas, viabilizando encontros, debates e fóruns de discussão, com objetivo de aprimorar e compartilhar ideias e de criar soluções para questões do âmbito escolar, propiciando assim o protagonismo juvenil.

3.3 – Implantação, pela Secretaria de Estado de Educação, nas escolas de Minas Gerais do projeto Supremo Tribunal Filosófico, modelo baseado no projeto do professor Eliton da Costa Rocha, que visa a ampliar o espaço de debates e a melhorar a prática pedagógica, o desempenho dos alunos e o gerenciamento das escolas.

3.4 – Atribuição, ao colegiado escolar, da deliberação sobre as proposições do Grêmio Estudantil, quando não houver aprovação da direção escolar, com o intuito de melhorar as decisões democráticas na escola.

3.5 – Incentivo à criação de órgãos como grêmio estudantil, colegiado escolar e comissões em geral, a fim de aprimorar o senso crítico dos estudantes, prezando pela formação holística deles.

3.6 – Disponibilização, pela Assembleia Legislativa do Estado, de relatórios semestrais em que constem os principais projetos de cada deputado, os quais deverão ser repassados às superintendências, que os disponibilizarão para as entidades escolares como sugestão do Plano Político Pedagógico – PPP.

Entrega do Documento Final

A coordenadora – Convido a Sra. Ruth Schmitz, gerente-geral da Escola do Legislativo da Assembleia de Minas Gerais, para assumir a condução dos trabalhos e, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, receber o documento aprovado nesta plenária do Parlamento Jovem Minas 2017.

– Procede-se à entrega do documento final.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 26, às 14 horas, com a seguinte a ordem do dia (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 26/9/2017.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE ACERTO DE CONTAS ENTRE MINAS E A UNIÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/9/2017

Às 15h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tadeu Martins Leite, João Magalhães (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e Arnaldo Silva (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tadeu Martins Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Antônio Carlos Pereira, presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas, publicado no *Diário do Legislativo* em 14/9/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.403/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja enviado aos deputados federais e senadores cópia do Ofício 14295/2017, do presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, solicitando alteração da Lei Kandir, Lei Complementar Federal nº 87, de 1996, e da legislação que disciplina a distribuição de *royalties* arrecadados com a mineração;

nº 9.949/2017, dos deputados Tadeu Martins Leite, Rogério Correia, Cássio Soares, Felipe Attiê e Durval Ângelo, em que requerem seja formulada manifestação de apoio à Carta de Diamantina, que indica a disposição dos governadores do Acre, Mato Grosso, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Minas Gerais para o diálogo institucional que permita o encontro de contas, de modo a negociar solução capaz de extinguir tanto as dívidas dos estados perante a União, como as dívidas da União com os estados, resultado das implicações da Lei Kandir, diante do reconhecimento da necessidade e da urgência de compensar as perdas sofridas pelos estados e municípios, de modo a restabelecer a saúde financeira dos estados e recuperar sua autonomia frente às competências constitucionais.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – ALRS –, realizada em 5/5/2017, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2017.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão Extraordinária de Acerto de Contas entre Minas e a União

Local visitado: Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul – ALRS –, em Porto Alegre

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 7.990/2017, de autoria dos deputados Tadeu Martins Leite, Cássio Soares, Felipe Attiê, Tito Torres, Ulysses Gomes e Tiago Ulisses, publicado no *Diário do Legislativo* em 5/5/2017, o presidente da comissão, deputado Tadeu Martins Leite, esteve em visita à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul – ALRS –, em Porto

Alegre, em 5 de maio do corrente ano, a convite do presidente daquela casa, deputado Edegar Pretto. A visita teve por finalidade participar do seminário Dívida dos Estados, Lei Kandir e Regime de Recuperação Fiscal, em que foram debatidos temas relativos ao ressarcimento devido aos estados, por parte da União, decorrentes da desoneração fiscal promovida pela Lei Kandir.

Relato

A visita foi realizada como desdobramento das atividades da Comissão Extraordinária de Acerto de Contas entre Minas e a União, que trata de contextualizar o acerto de contas entre União e estados em virtude da compensação devida pela esfera federal aos referidos entes federados decorrente da desoneração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – sobre as exportações, conforme previsão da Lei Kandir.

Participaram do evento parlamentares estaduais do Rio Grande do Sul, deputados e deputadas federais, especialmente os integrantes da Comissão de Regulamentação da Lei Kandir, instalada na Câmara dos Deputados em 3/5/2017; representantes do governo, do Tribunal de Justiça e da Procuradoria-Geral do Rio Grande do Sul; representante da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul; prefeitos e prefeitas; vereadores e vereadoras; dirigentes e representantes de entidades, sindicatos e associações do Estado do Rio Grande do Sul.

Durante o seminário se pronunciaram o deputado Edegar Pretto, presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; Luiz Antônio Bins, secretário adjunto de Estado da Fazenda, representando o governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori; o deputado mineiro Tadeu Martins Leite, presidente da Comissão Extraordinária de Acerto de Contas entre Minas e a União; Paulo Duarte, assessor da presidência e representante da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul; Sinomar Garcia Silveira, presidente da União de Vereadores do Rio Grande do Sul – Uvergs; o deputado federal Henrique Fontana, representante da Câmara dos Deputados; o deputado João Fischer, líder da bancada do PP do Rio Grande do Sul; e o deputado Tarcísio Zimmermann, líder do PT do Rio Grande do Sul. Na ocasião, se pronunciaram também as seguintes entidades: Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – Famurs –, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Instituições Financeiras do Rio Grande do Sul – Fetrafi –, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB –, Central Única dos Trabalhadores do Brasil – CUT – e Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul – Amapergs.

Os participantes demonstraram preocupação com a pouca mobilização do Rio Grande do Sul em relação ao movimento nacional para regulamentação do acerto de contas entre os estados e a União, bem como do repasse aos municípios do percentual de 25% da arrecadação de ICMS a que fazem jus nesse processo. Evidenciou-se, ainda, que o Rio Grande do Sul não vai aderir ao programa de recuperação fiscal proposto aos estados pelo governo federal.

Conclusão

Durante o seminário ficou clara a necessidade de se efetuar a regulamentação do acerto de contas entre o Estado do Rio Grande do Sul e a União, para a devida compensação financeira ao estado, decorrente dos prejuízos causados àquele ente federado pela desoneração do ICMS sobre as suas exportações.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2017.

Tadeu Martins Leite, relator.

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 17/10/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n.ºs 7.576, 7.640, 7.771, 7.772, 7.781, 7.782, 7.784, 7.794, 7.800, 7.801, 7.822, 7.837 a 7.842, 7.890 a 7.894, 8.002, 8.009 a 8.011, 8.017, 8.020, 8.021, 8.034, 8.035, 8.057, 8.058, 8.069 a 8.075, 8.087, 8.089, 8.091, 8.092, 8.094, 8.102, 8.109 a 8.112/2017, do deputado Cabo Júlio.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o expressivo número de roubos a carros registrados em Belo Horizonte no primeiro semestre deste ano.

Recebimento e votação de requerimentos.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Visita da Comissão Extraordinária de Acerto de Contas entre Minas e a União**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Cássio Soares, Felipe Attiê e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 16/10/2017, às 11 horas, à Prefeitura de Belo Horizonte, no Auditório JK, com a finalidade de acompanhar a entrega do relatório final de impactos da Lei Kandir sobre o município, elaborado pela Comissão Especial de Estudo da Câmara Municipal.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2017.

Tadeu Martins Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Marília Campos e Rosângela Reis e os deputados Fred Costa e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/10/2017, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater a situação dos trabalhadores do setor moveleiro de Ubá e região e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 9/10/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 11/10/2017, que nomeou Pedro Celestino do Nascimento, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fred Costa;

exonerando, a partir de 16/10/2017, Luiz Sergio Lopes Gazzola, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Maria Eliza Hardy Ferreira Alves, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 70/2017****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 120/2017**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de equipamentos odontológicos, no seu subitem 1.1.1, a sessão pública virtual fica adiada para as 15h30min do dia 27/10/2017.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 72/2017****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 129/2017**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 6/11/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição, com instalação, configuração e treinamento, de sistemas de exibição de conteúdos jornalísticos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 73/2017****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 130/2017**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 31/10/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de peças de reposição para câmeras de vídeo.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 75/2017****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 158/2017**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 7/11/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de papel e pilhas.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 81/2017****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 146/2017**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 30/10/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de cordões personalizados para crachás.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 82/2017****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 147/2017**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 1º/11/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de baterias, cabos e conectores telefônicos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 113/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Corporação Musical Padre Trigueiro. Objeto: doação de bens inservíveis. Vigência: a partir da sua assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.